

# COMUNICADO DE IMPRENSA

**Missão Conjunta dos Chefes de Cooperação da União Europeia e Estados-Membro em**

**Moçambique Trabalhando em conjunto na cooperação para o desenvolvimento - Biodiversidade e Mudanças Climáticas, na província de Gaza**

**De 17 a 21 de Outubro de 2021**

**Xai-Xai, 18 de Outubro de 2021** – Irá decorrer durante 4 dias, de 17 a 21 de Setembro a missão

conjunta dos doze Chefes de Cooperação da União Europeia e Estados-membros, na província de Gaza. A visita terá como tema central a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas, incluindo visitas a projectos nos distritos de Massingir (nomeadamente o Parque Nacional de Limpopo e a sua área protegida) e Chokwe. Esta é a quarta missão conjunta dos Chefes de Cooperação da União Europeia em Moçambique.

Espera-se que com esta visita seja possível compreender melhor os desafios do país no que diz respeito à protecção, conservação e restauração do ambiente, bem como à mitigação das mudanças climáticas e adaptação às mesmas. De igual modo, a missão irá inteirar-se sobre a melhor forma de apoiar a Contribuição Nacionalmente Determinada (CND) e a capacidade institucional para o uso e a gestão sustentável dos recursos naturais, através de uma tomada de decisão baseada em evidências; A missão irá também conhecer o potencial e a eficácia das abordagens multissetoriais integradas em sectores como por exemplo a energia, agricultura, saúde, etc, através de visitas de campo.

Sobre o Programa, a Chefe de Cooperação da União Europeia, Isabel Faria de Almeida, afirmou que:

*“O combate às mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade são essenciais para um país onde mais de metade da população vive em zonas rurais e cuja subsistência depende dos ciclos da natureza. Esta forte dependência torna Moçambique altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, que fustigam com intensidade crescente o país, com secas, cheias e ciclones tropicais de efeitos desastrosos. Neste contexto, a conservação da biodiversidade e a preservação do ambiente são aliados fundamentais para ajudar a conter os efeitos devastadores das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que oferecem enormes oportunidades para reduzir a pobreza e apoiar o*

*desenvolvimento económico do país adoptando uma abordagem mais sustentável.”*

Durante a visita haverá momentos de aprendizagem para ouvir, observar e aprender com o Governo e com os parceiros de implementação sobre as diferentes intervenções que podem ser específicas ou sensíveis à biodiversidade e às mudanças climáticas.

A missão passará 2 dias e meio no Parque Nacional do Limpopo e na sua área protegida para se

familiarizar com os principais desafios da conservação da biodiversidade e da adaptação das mudanças climáticas.

A missão vai reunir-se com oficiais provinciais e locais, com a Administração do Parque Nacional do Limpopo, com a Fundação Peace Park (PPF) e com outros actores-chave envolvidos nas intervenções de conservação da biodiversidade e mudanças climáticas na área (UNCDF, German Cooperation/KfW, BioF, AICS, ENABEL).

Será dada a oportunidade de interacção com alguns beneficiários dos projetos, bem como com peritos técnicos. No final de cada dia, haverá uma sessão dedicada à apresentação dos conceitos e das principais abordagens adoptadas na implementação das intervenções de conservação da biodiversidade.

**A nível ambiental**, Moçambique beneficia de uma biodiversidade bastante preservada e diversificada com mais de 62 milhões de hectares de florestas. Os serviços ecossistémicos (água, terra, floresta), prestados por recursos ambientais são fundamentais tanto para as comunidades como para a Biodiversidade.

**Do ponto de vista económico e social**, mais de 80 % dos habitantes de Moçambique dependem da

agricultura de subsistência para as suas necessidades básicas de vida, prestando os recursos naturais serviços essenciais para apoiar o seu capital de produção. A biodiversidade também oferece um potencial considerável para o desenvolvimento do turismo: com 280,000 pessoas empregadas no sector do turismo em Moçambique, poderão ser criados 327,000 novos postos de trabalho até 2024. O turismo nas zonas protegidas gerou recursos no valor de 22 milhões de dólares em 2013, que podem vir a atingir 56 milhões de dólares até 2028.

**Em termos de resiliência**, ecossistemas saudáveis e recursos naturais são essenciais para a segurança alimentar e para a capacidade de adaptação de um país que está entre os mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas e de eventos climáticos extremos. Do ponto de vista da governação, a capacidade limitada de gestão de áreas protegidas e dos recursos naturais impede uma abordagem eficaz do tráfico ilícito de vida selvagem e de outros tipos de tráfico relacionados, colocando em risco a estabilidade social e a segurança nalgumas comunidades.

No que se refere às mudanças climáticas, Moçambique é um dos países com maior vulnerabilidade a Desastres naturais e ao impacto das alterações climáticas, incluindo cheias, secas, ciclones, erosão costeira, aumento dos níveis de água e salinização do solo, cuja incidência é crescente.

### **Notas aos Editores**

□ A UE promove a integração regional através do comércio, ajudando os governos a fazer face aos desafios globais cruciais, tais como as mudanças climáticas. Em Moçambique, a UE é Representada pela Delegação da UE sediada em Maputo. A Delegação da UE coordena e Trabalha em estreita colaboração com os 11 Estados-membros representados no país, nomeadamente, a Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal e Suécia. Juntos, os 12 parceiros estão empenhados em melhorar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento em Moçambique, alinhando estratégias de desenvolvimento e sincronizando programas para apoiar as prioridades do Governo de Moçambique com vista a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda de 2030.

□ A UE e os Estados-membros trabalham em várias áreas relacionadas com o desenvolvimento: Saúde Educação, Agricultura & Desenvolvimento Rural, Água & Saneamento, Nutrição & Segurança Alimentar Resiliência Climática, Energia, Infraestruturas & Estradas, Boa Governação e Gestão das Finanças Públicas, Desenvolvimento do Sector Privado, Igualdade De Género, Direitos Humanos e Protecção Social, entre outros.

□ A conservação da biodiversidade é fundamental para o desenvolvimento de Moçambique, na medida que está directamente ligada a ecossistemas resilientes de modo

a apoiar meios de subsistência, reforçar a segurança alimentar e nutricional, permitir o acesso à água e à saúde, bem como a relação com a governação e a segurança, e o seu contributo significativo para a mitigação e a adaptação das mudanças climáticas. Nesta perspectiva, o contributo para a conservação da biodiversidade tem efeitos positivos no cumprimento de direitos sociais e económicas das gerações actuais e futuras, e mais directamente em benefício das comunidades rurais e mais vulneráveis. Por estas razões, saudamos o facto de o Governo de Moçambique ter referido a gestão sustentável dos recursos naturais, uma das cinco prioridades do seu programa quinquenal (PQG 2020-2025), demonstrando assim a importância da preservação do seu capital natural, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

□ Para ser eficaz e sustentável, é necessário que as prioridades façam parte de uma abordagem integrada e abrangente que garanta a participação de todas as partes interessadas (quem toma decisões, os agentes económicos e as comunidades). As comunidades que vivem nas áreas protegidas e em torno das mesmas merecem uma atenção especial. As mudanças de comportamento envolvem acções de sensibilização, sendo o mais importante estabelecer incentivos correctos para a adopção de estratégias de subsistência alternativas. Para isso, é necessária uma abordagem multidimensional e que envolva políticas alinhadas e uma estreita coordenação entre os diversos sectores em causa (água, saúde, ambiente, agricultura, energia e recursos minerais, economia e finanças), tanto ao nível central como descentralizado. Reconhecemos que este é um grande desafio.

□ Inovar para responder às necessidades de financiamento. Uma vez que 25 % do território nacional corresponde a áreas protegidas, é necessário financiar de forma gradual as necessidades de adaptação e de mitigação, na sequência das restrições em termos de recursos públicos — o que exige a adopção de abordagens inovadoras e de modelos de financiamento (Pagamentos para os serviços do Ecosistema (PES), fundos ambientais (por exemplo, BIOFUND). Embora os doadores públicos e privados tenham desempenhado um papel importante até à data, a participação do sector privado é essencial para ganhar financiamento

adicional e reduzir a diferença financeira. Mais especificamente, no domínio das alterações climáticas, uma vez que os seus efeitos afectam vários sectores da economia e a abordagem de colaboração com vista à mobilização financeira climática e implementação, tornou-se mais urgente do que nunca.

□ A perda de Biodiversidade e a crise climática são interdependentes e agravam-se mutuamente. Não podemos abordar a perda de biodiversidade sem combater as mudanças climáticas e vice versa. Por conseguinte, os investimentos na conservação da biodiversidade contribuem para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas e respectivos resultados.

Por exemplo, estimativas recentes sugerem que, em 2050, os sectores da florestação e o uso da terra (FOLU) possam oferecer 42 % do potencial de mitigação dos países até 2050. Assim, investir em soluções baseadas na Natureza permitem alcançar o dobro do retorno de dividendos, proporcionando mais que 30 % da mitigação necessária até 2030 para estabilizar a calor a uma temperatura inferior a 2°C. Essa convergência das mudanças climáticas e da conservação da biodiversidade deve ser ainda mais incentivada.

**Para mais informação relativa a este comunicado, queira, por favor contactar:**

<b>Fidelio</b>  <b>Email:</b> <b>nassonetembe@gmail.com</b>  <b>Telefone: (+258) 87 267 64 61</b>  <b>Acessor de Imprensa da Secretaria de Estado</b>  <b>Província de Gaza</b>	<b>Cláudia Rodrigues</b>  <b>Email:</b> <b>Claudia.RODRIGUES@eeas.europa.eu</b>  <b>Telefone: (+258) 84 245 29 53</b>  <b>Coordenadora de Comunicação da Delegação da União Europeia</b>
--	---

